

## Multa não pode ser aplicada apenas com base no peso do produto

Não se pode determinar imposto de importação a ser pago apenas comparando valor por quilo de produtos semelhantes, sem entrar nas especificidades. Com este entendimento, a Receita Federal acolheu defesa de uma importadora e anulou multa de R\$ 1,5 milhão.

Divulgação



Delegacia da Receita concordou com argumentos de empresa importadora.

Divulgação

Foi acolhida a defesa do importador que apontara o caráter genérico do Auto de Infração, ao comparar o valor por quilo de produtos sem adentrar às especificidades e variações entre cada modelo, já que o próprio fornecedor estrangeiro apontava documentalmente que eram produtos distintos, inclusive com padrão de qualidade diferentes.

"Observe-se que no procedimento de valoração do processo em análise não seguiu-se o disposto no Acordo de Valoração Aduaneira. Houve um arbitramento com a utilização de valores obtidos em algumas declarações de importação, que segundo a fiscalização seriam de empresas concorrentes, sem que a fiscalização esclarecesse, se as referidas declarações utilizadas para comparação de preço, tinham as mercadorias de mesma qualidade e quantidade importadas nas declarações de importação abrangidas por este auto", afirma a Receita no auto.

A defesa da empresa foi feita pelo escritório **Bella Martinez Advogados**.

### O caso

A empresa importa luminárias e revende no mercado nacional. No início de 2017, fez duas Declarações de Importação relativas a vários modelos de luminária de embutir e sobrepôr, totalizando 61.287 kg em produtos, com valor declarado de US\$ 97.752,76.

As cargas foram retidas na aduana. Após quase cinco meses de fiscalização e ainda com a carga retida, foi lavrado um auto de infração apontando um crédito tributário de R\$ 1.472.847,89.

A acusação principal foi de subfaturamento, já que a aduana pesquisou o mercado e identificou que os



---

concorrentes supostamente costumavam declarar em média US\$ 5,34 por quilo desses produtos. Além de erro de classificação.

A empresa entrou com recurso administrativo e depositou cheque caução para o produto ser liberado. Mais de um ano depois, a Delegacia da Receita Federal São Paulo retirou a multa e devolveu o cheque caução. A única punição foi uma multa de R\$ 6 mil pelo erro de classificação.

**Processo Administrativo 11128.722279/2017-12, (DRJ-SP)**

**Date Created**

02/05/2019